

Atento a tudo o que leu na matéria e legislação aconselhada no Aviso de Abertura do presente Procedimento Concursal, responda às questões abaixo formuladas, assinalando a afirmação que considere mais correcta, colocando um círculo em torno da letra correspondente. Tenha em atenção que cada resposta incorrecta é retirada 0,5 valores à pontuação já obtida nas outras questões.

1. **O Orçamento da Segurança Social é aprovado pelo(a): (1 val)**
 - a) Governo;
 - b) Assembleia da República;
 - c) Governo com autorização da Assembleia da República.

2. **Todas as pessoas têm acesso à protecção social assegurada pelo sistema de segurança social, nos termos definidos por lei. Atento ao que leu sobre este assunto, indique qual o Princípio Geral do Sistema consagrado nesta afirmação: (1 val)**
 - a) Igualdade;
 - b) Unidade;
 - c) Universalidade;
 - d) Subsidiariedade.

3. **As instituições de segurança social têm a obrigação de assegurar a confidencialidade dos dados de natureza estritamente privada relativa à situação pessoal, económica ou financeira de quaisquer pessoas ou entidades. Esta obrigação cessa: (1,5 val)**
 - a) Mediante autorização do respectivo interessado ou sempre que haja obrigação legal de divulgar os dados abrangidos pela confidencialidade;
 - b) Mediante autorização do superior hierárquico;
 - c) Mediante autorização do dirigente máximo do serviço.

4. **As prestações substitutivas dos rendimentos de actividade profissional atribuídas no âmbito do sistema previdencial são financiadas por: (1,5 val)**
 - a) Quotizações dos trabalhadores e por contribuições das entidades empregadoras;
 - b) Quotizações dos trabalhadores e Orçamento do Estado;
 - c) Orçamento do Estado.

5. As prestações dos regimes de Segurança Social são: (1,5 val)

- a) Totalmente penhoráveis nos termos da lei geral;
- b) Parcialmente penhoráveis nos termos da lei geral;
- c) Não são penhoráveis nos termos da lei geral.

6. A protecção garantida através do Subsídio Social de Desemprego é financiada por: (2 val)

- a) Quotizações dos trabalhadores e contribuições das entidades empregadoras;
- b) Transferências do Orçamento do Estado e consignação de receitas fiscais;
- c) Quotizações dos trabalhadores, contribuições das entidades empregadoras e receitas de jogos sociais.

7. O montante das quotizações dos trabalhadores por conta de outrem é determinado: (2 val)

- a) Pela aplicação das taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e do imposto sobre o valor acrescentado;
- b) Pela aplicação das taxas legalmente previstas às remunerações que, nos termos da lei, constituam base de incidência contributiva;
- c) Pela aplicação das taxas previstas a todo o tipo de remunerações.

8. O quadro legal das pensões a favor dos beneficiários com mais baixas remunerações pode prever: (2 val)

- a) A aplicação de taxas fixas;
- b) A diferenciação positiva das taxas de substituição, desde que respeitado o princípio da contributividade;
- c) A redução de taxas.

9. Ao montante da pensão estatutária, calculada nos termos legais, é aplicável um factor de sustentabilidade relacionado com: (2 val)

- a) A esperança de vida que se verificar no ano de requerimento da pensão;
- b) A esperança média de vida que se verificar no ano de requerimento da pensão;
- c) A esperança média de vida verificada num determinado ano de referência e a esperança média de vida que se verificar no ano anterior ao do requerimento da pensão.

10. O direito às prestações pecuniárias vencidas prescreve a favor das instituições devedoras: (1,5 val)

- a) No prazo de um ano, contado a partir da data em que as mesmas são postas a pagamento;
- b) No prazo de cinco anos, contado a partir da data em que as mesmas são postas a pagamento, com conhecimento do credor;
- c) No prazo de um ano, contado a partir da data em que foi efectuado o respectivo processamento.

11. O Instituto da Segurança Social, I.P., para a prossecução das suas atribuições, dispõe de: (1 val)

- a) Serviços de âmbito regional;
- b) Serviços de âmbito nacional e serviços territorialmente desconcentrados;
- c) Centros Regionais de Segurança Social.

12. Assumem a natureza de serviços comuns a toda a estrutura do ISS.IP: (1 val)

- a) As áreas operacionais;
- b) As áreas de administração geral;
- c) As áreas de apoio especializado.

13. “Desenvolver as acções necessárias ao exercício das competências legais em matéria de apoio a menores em risco, de adopção e de apoio aos tribunais nos processos tutelar cível” são competências de: (1,5 val)

- a) Departamento de Desenvolvimento Social;
- b) Gabinete de Qualidade e Auditoria;
- c) Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso;
- d) Nenhuma das anteriores.

De modo às questões n.º 14 a n.º 19, leia atentamente o texto e de acordo com a legislação aplicável e classifique-as quanto à sua veracidade:

A Maria e o José casaram um com o outro. Da união nasceram dois filhos, o José Maria e Maria José.

A relação conjugal começou a deteriorar-se e o José decide romper os laços afectivos com Maria, pretendendo fazê-lo de uma forma sensata, com o mínimo de conflito, para preservar a sua relação afectiva com ambos os filhos, independentemente da ruptura conjugal e das razões que a ele concorrerem. Maria tem dificuldade em aceitar a decisão do marido e decidem procurar um advogado para iniciar o processo de ruptura conjugal. Perante as hipóteses de um divórcio por mútuo consentimento ou litigioso, José acredita que a primeira alternativa é muito mais vantajosa para todos, nomeadamente para as crianças, porque é possível regular o exercício do poder paternal de uma forma amigável e negociada, sempre com recurso à Mediação Familiar, tentando evitar todas as demoras e constrangimentos que um processo judicial causa, sobretudo às crianças.

Maria não concorda, porque pretende que as questões referentes à dissolução da relação entre ambos (dissolução do vínculo - casamento, atribuição da casa morada de família, alimentos entre cônjuges, regulação das questões relativas aos filhos menores e partilha de bens), sejam tratadas em separado. Assim, pretende que o divórcio siga a via litigiosa, única forma de se poder apurar a culpa da dissolução do matrimónio, até porque o José reconhece que iniciou nova relação afectiva ainda na pendência do matrimónio. Por outro lado, a regulação do exercício das responsabilidades parentais pela via judicial, implica obrigatoriamente um pedido de Inquérito ao Instituto da Segurança Social, I.P..

14. O divórcio pode ser por mútuo consentimento ou litigioso.(1 val)

- a) Verdadeiro;
- b) Falso.

15. A regulação do poder paternal deve ser negociada entre os cônjuges. (1 val)

- a) Verdadeiro;
- b) Falso.

16. Em caso de conflito entre os cônjuges e de acordo com o tribunal, a mediação familiar é obrigatória. (1 val)

- a) Verdadeiro;
- b) Falso.

17. A atribuição da culpa é essencial para a dissolução do casamento. (1 val)

- a) Verdadeiro;
- b) Falso.

- 18. A regulação do exercício das responsabilidades parentais pela via judicial, implica obrigatoriamente um pedido de Inquérito ao Instituto da Segurança Social, I.P.. (1 val)**
- a) Verdadeiro;
 - b) Falso.
- 19. Os Acordos que acompanham o requerimento no divórcio por mútuo consentimento carecem de homologação do tribunal. (1 val)**
- a) Verdadeiro;
 - b) Falso.
- 20. Qualquer acordo e/ou decisão judicial em matéria de responsabilidades parentais tem que conter no seu corpo a resolução de várias questões fundamentais: (1 val)**
- a) A residência/guarda da(s) criança(s);
 - b) Visitas (convívios) ao(s) filho(s) por parte do progenitor não residente;
 - c) Alimentos a prestar pelo progenitor não guardião ao(s) filho(s) alimentado(s);
 - d) Todas as anteriores.
- 21. Em que fase do processo Tutelar Cível pode o juiz nomear ou requisitar a assessoria técnica? (2 val)**
- a) Após receber os pais em conferência;
 - b) Imediatamente antes do julgamento;
 - c) Sempre que o entender e em qualquer fase do processo;
 - d) Nenhuma das anteriores.
- 22. De acordo com a legislação aplicável, o que se entende por alimentos devidos a menores? (1,5 val)**
- a) Sustento;
 - b) Sustento, habitação e vestuário;
 - c) Sustento, habitação, vestuário, instrução e educação;
 - d) Sustento, habitação, instrução e educação;
 - e) Sustento, vestuário, instrução e educação.

23. Até quando são os pais obrigados a prover ao sustento dos filhos e de assumir as despesas relativas à sua segurança, saúde e educação? (2 val)

- a) Até aos 18 anos ou até ter completado a sua formação, por tempo indeterminado;
- b) Quando emancipados;
- c) Enquanto não houver completado a sua formação profissional na medida em que seja razoável exigir aos pais o seu cumprimento e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação se complete;
- d) Nenhuma das anteriores.

24. Na continuação da situação anteriormente descrita, e tendo em atenção os excertos dos textos seguintes, classifique as alíneas quanto à sua veracidade:

A Maria e o José acabaram por não se entender relativamente à forma de terminar a sua relação afectiva/conjugal e o conflito agudizou-se.

Maria José de 15 anos e José Maria de 12 anos ficaram a residir com a mãe, com a obrigatoriedade de partilharem fins-de-semana alternados com o pai.

Para Maria José a decisão foi pacífica, mas José Maria não se conformou com a atitude do pai porque, tal como a mãe, sentiu-se traído, o que o levou a não aceitar a decisão do tribunal, sobretudo a obrigatoriedade de partilhar com pai, dois fins-de-semana mensais.

Face à atitude do filho e porque acredita que José Maria foi influenciado pela mãe, iniciou novas solicitações judiciais por apenso à acção principal. Uma por Incumprimento e outra para alteração do regime de visitas e guarda.

a) A afirmação contida no último período do último parágrafo é: (1 val)

- a.1) Verdadeira;
- a.2) Falsa.

b) O técnico do ISS, IP deve elaborar um único inquérito/relatório social para ambas as situações porque se trata da mesma criança? (1,5 val)

- b.1) Verdadeira;
- b.2) Falsa.

Zangado com a atitude do pai, José Maria inicia uma escalada de violência na escola, praticando ilícitos, tais como, vandalismos e agressões a colegas, passíveis de serem punidos fora do regulamento interno da escola

Em razão do conflito conjugal, os pais quebraram entre si os canais de comunicação perdendo a autoridade sobre José Maria. Impotentes para inverter o comportamento do filho, delegaram no director de turma a resolução do problema. Este sinalizou a situação ao Ministério Público, para efeitos de uma medida Tutelar Educativa e à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, por considerar que José Maria corria perigo em consequência do conflito familiar.

c) Relativamente ao mesmo menor, podem correr em simultâneo, processos ao abrigo da Lei Tutelar Educativa, de Promoção e Protecção e Tutelar Cível. (3 val)

- c.1) Verdadeira;
- c.2) Falsa.

d) O professor agiu correctamente quando enviou para o Ministério Público os factos que configuram a aplicação de uma medida Tutelar Educativa. (2 val)

- d.1) Verdadeira;
- d.2) Falsa.

e) Nos processos judiciais de Promoção e Protecção e Tutelar Cível, o Tribunal pode investigar livremente os factos, coligir as provas, ordenar os inquéritos e recolher as informações convenientes, só sendo admissíveis as provas que o juiz considere necessárias.

(3 val)

- e.1) Verdadeira;
- e.2) Falsa.

25 É do âmbito da área Tutelar Cível a aplicação de : (2val)

- a) Uma medida em meio natural de vida;
- b) Uma medida tutelar educativa;
- c) Uma tutela;
- d) Uma medida de acolhimento familiar.

26. São consideradas providências cíveis: (2val)

- a) Regulação ou alteração do regime do exercício das responsabilidades parentais;
- b) Providências limitativas e inibição do exercício das responsabilidades parentais, tutela;
- c) Confiança judicial com vista a futura adopção (quando no processo de PP não se tenha aplicado a medida de confiança a pessoa seleccionada para a adopção ou a instituição com vista a futura adopção);
- d) Todas as anteriores.

27. Os órgãos de comunicação social, sempre que divulguem situações de crianças os jovens em perigo, não devem identificar nem transmitir elementos, sons ou imagens que permitam a sua identificação, sob pena de os seus agentes incorrerem na prática de crime de desobediência. (3 val)

- a) Verdadeiro;
- b) Falso.

28. A comissão alargada tem competência para aplicar, acompanhar e rever as medidas de promoção e protecção tipificadas no art. 35º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, com excepção da medida de confiança a pessoa seleccionada para a adopção ou instituição com vista a futura adopção.(1,5 val)

- a) Verdadeiro;
- b) Falso.

29. Os pais têm o poder de educação e manutenção de filhos. (1 val)

- a) Verdadeiro;
- b) Falso.

30. Uma Criança de 2-3 anos confiada à guarda e cuidados da mãe, mas com um regime de partilha do tempo alargado ao pai, na sequência um fim de semana bastante gratificante para ambos, o progenitor não a entregou à mãe conforme haviam combinado. Esta mãe recorre de imediato à CPCJ para sinalizar a situação, configurando-a como uma situação de menor em perigo. Qual o correcto procedimento da CPCJ? (1,5 val)

- a) Abrir Processo de Promoção e Protecção e aplicar uma Medida de Promoção e Protecção;
- b) Abrir Processo de Incumprimento enquanto incidente à decisão judicial;
- c) Sinalizar a situação ao Ministério Público porque o menor se encontra em perigo;
- d) Nenhuma das anteriores.

31. O Tribunal pode decretar a privação de condução de ciclomotores a um menor pelo período de: (2 val)

- a) 15 dias a 1 ano;
- b) 15 dias a 2 anos;
- c) 8 dias úteis no máximo;
- d) Nenhuma das anteriores.

32. As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens comunicam as situações em que não tenha sido proferida decisão decorridos 6 meses após o conhecimento da situação da criança ou jovem em perigo. (1,5 val)

- a) Ao Ministério Público;
- b) Ao Juiz;
- c) Ao Provedor de justiça;
- d) Aos serviços da Segurança Social.

33. Qualquer cidadão que tenha conhecimento de factos que ponham em perigo a segurança, saúde, integridade física ou psíquica, formação, desenvolvimento ou educação de uma criança/jovem pode comunicar às entidades competentes.(1,5 val)

- a) Sim, é um dever moral de qualquer cidadão;
- b) Sim, a comunicação é obrigatória para qualquer pessoa que tenha conhecimento dessas situações;
- c) Não, apenas as entidades que estão referenciadas na Lei Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

34. Aplicam-se aos processos tutelares cíveis os princípios orientadores da intervenção previstos na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. (2 val)

- a) Verdadeiro;
- b) Falso.

35. O relatório social solicitado pelo juiz às entidades com competência na área da infância e juventude é remetido no prazo de : (2 val)

- a) 8 dias;
- b) 30 dias;
- c) 45 dias;
- d) 180 dias.

Classifique as seguintes questões relativamente à sua veracidade.

36. Um jovem com 15 anos foi detido em flagrante delito por facto qualificado como crime punível com pena de prisão. O Juiz decretou a guarda do menor a um lar de infância e juventude. (1,5 val)

- a) Verdadeiro,
- b) Falso.

37. Uma criança/jovem estrangeira tem direito à sua protecção, no âmbito da lei de protecção de crianças e jovens em perigo. (1,5 val)

- a) Sim, porque se encontra em território nacional;
- b) Não, o estado português tem que comunicar ao país de origem os factos que colocam a criança em perigo;
- c) Não, os serviços competentes tomam as providências necessárias para que a criança regresse de imediato ao país de origem.

38. Pedro de 14 anos, está com medida de acolhimento em instituição decretada por uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Após um conflito com um educador dessa instituição, ausenta-se sem autorização. Dirige-se à CPCJ e opõe-se à intervenção.

Qual deverá ser a actuação da CPCJ. (2,5 val)

- a) Efectuar nova Avaliação diagnóstica e rever a Medida de Promoção e Protecção;
- b) Respeitar a vontade do menor;
- c) Abstém-se de intervir e comunica a situação ao Ministério Público;
- d) Todas as anteriores.

39. Uma mãe comparece numa CPCJ pedindo para ser recebida.

Alguns elementos da CPCJ restrita acedem em recebê-la. Nessa entrevista a mãe solicitou a intervenção da CPCJ porque o pai da sua única filha não a deixa ver.

A pedido da CPCJ a mãe descreve a situação da sua filha que resumidamente é a seguinte:
A sua filha, de quatro anos de idade, encontra-se a viver com os seus padrinhos, que se opõem à visita da mãe, num outro concelho, desde os seis meses de idade.
O pai vive num concelho diferente daqueles de onde vive a sua filha e mãe.
O pai nunca manifestou a vontade de ter a sua filha consigo e a mãe não tem condições para proporcionar um bom desenvolvimento e acompanhamento à sua filha.

O pai da sua filha assume comportamentos de toxicodependência, é violento, e a mãe tem medo dele, solicitando mais uma vez a intervenção da CPCJ.

O exercício das responsabilidades parentais não está regulado.

Qual deverá ser a actuação da CPCJ ? (2,5 val)

- a) Não pode intervir;
- b) Abre Processo e remete o mesmo para o Ministério Público;
- c) Abre Processo efectua diligências sumárias e inicia a avaliação diagnóstica;
- d) Nenhuma das anteriores.

40. Numa situação de urgência como pode proceder uma CPCJ? (1,5 val)

- a) Solicitação da intervenção pelas autoridades policiais;
- b) Informação ao Presidente da CPCJ;
- c) Informação ao Ministério Público/Tribunal;
- d) Todas as anteriores.

41. Classifique quanto à veracidade:

Os motivos que podem conduzir ao arquivamento de um processo de promoção e protecção e /ou comunicação ao Ministério Público por parte da CPCJ são:

- a) Retirada do consentimento para intervenção. (1 val)
 - a.1) Verdadeiro;
 - a.2) Falso.
- b) Oposição da criança/jovem. (1 val)
 - b.1) Verdadeiro;
 - b.2) Falso.

- c) Indisponibilidade de meios para a execução da medida. (1 val)
c.1) Verdadeiro;
c.2) Falso.
- d) Ausência de decisão da CPCJ após 12 meses de conhecimento da situação. (1 val)
d.1) Verdadeiro;
d.2) Falso.
- e) Obrigatoriamente quando o jovem atinge a maioridade. (1 val)
e.1) Verdadeiro;
e.2) Falso.
- f) Oposição do Ministério Público à intervenção por ilegalidade ou inadequação. (1 val)
f.1) Verdadeiro;
f.2) Falso.
- g) Ausência de assinatura do acordo de promoção e protecção. (1 val)
g.1) Verdadeiro;
g.2) Falso.
- h) Apensação a processo judicial. (1 val)
h.1) Verdadeiro;
h.2) Falso.
- i) Cessação da medida de promoção e protecção aplicada. (1 val)
i.1) Verdadeiro;
i.2) Falso.
- j) Não cumprimento reiterado do acordo de promoção e protecção. (1 val)
j.1) Verdadeiro;
j.2) Falso.

42. É da competência dos tribunais de família e menores em matéria tutelar cível: (1,5 val)

- a) Desacordo dos pais sobre o nome e apelidos do menor;
- b) Averiguação oficiosa de maternidade ou de paternidade;
- c) Instauração de tutela e administração de bens;
- d) Todas as anteriores.

43. São princípios orientadores comuns da intervenção às áreas de Promoção e Protecção e Tutelar Cível): (1,5 val)

- a) Intervenção mínima e prevalência na família;
- b) Prevalência na família e responsabilidade parental;
- c) Interesse superior do menor e intervenção mínima;
- d) Todas as anteriores.

44. As partes têm direito a conhecer as informações, relatórios, exames e pareceres constantes do processo, podendo pedir esclarecimentos, juntar outros elementos ou requerer a solicitação de informação que considerem necessários.

Esta afirmação é verdadeira no âmbito da : (2,0 val)

- a) Organização Tutelar de Menores e Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo;
- b) Só Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo;
- c) Só Organização Tutelar de Menores.

45. Nos processos Tutelares cíveis é obrigatória a constituição de advogado: (2 val)

- a) Em todas as fases do Processo;
- b) Apenas na fase de recurso;
- c) Não é obrigatório em nenhuma das fases do Processo.

46. Para decretar as providências/medidas é competente o tribunal da residência do menor no momento em que o processo foi instaurado. (2 val)

Esta afirmação é verdadeira para as áreas:

- a) Tutelar Cível, Promoção e Protecção e Tutelar Educativo;
- b) Tutelar Cível, Promoção e Protecção;
- c) Promoção e Protecção e Tutelar Educativo;
- d) Tutelar Cível e Tutelar Educativo.

47. A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, não podem ser acumuladas pelo trabalhador ou por interposta pessoa funções ou actividades privadas nomeadamente: (2,5 val)

- a) Actividades docentes ou investigação de duração não superior à fixada em despacho dos membros do Governo;
- b) Realização de conferências, palestras, acções de formação de curta duração e outras actividades de idêntica natureza;
- c) Desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente ao das funções públicas;
- d) Nenhuma das anteriores.

48. A Relação Jurídica de Emprego Público constitui-se por: (1,5 val)

- a) Nomeação, Contrato de Trabalho em Funções Públicas e Comissão de Serviço;
- b) Nomeação, Contrato de Trabalho em Funções Públicas, Nomeação Especial para Cargo de Dirigente;
- c) Prestação de Serviços, Nomeação, Contrato de Trabalho em Funções Públicas;
- d) Nenhuma das anteriores.

49. A caracterização da Carreira Geral de Técnico Superior na Categoria de Técnico Superior enquadra-se no: (2,5 val)

- a) Grau de complexidade Funcional 3 com 21 Posições Remuneratórias;
- b) Grau de complexidade Funcional 3 com 10 Posições Remuneratórias;
- c) Grau de complexidade Funcional 2 com 21 Posições Remuneratórias;
- d) Nenhuma das anteriores.

50. Quando a pessoa judicialmente obrigada a prestar alimentos não satisfizer as quantias em dívida dentro do prazo de dez dias depois do vencimento, observar-se-á o seguinte: (2,5 val)

- a) Se for trabalhador com regime jurídico de emprego público ser-lhe-ão deduzidas as respectivas quantias no vencimento, sob requisição do tribunal, dirigida à entidade competente. Se for empregado ou assalariado, ser-lhe-ão deduzidas no ordenado, ou salário, sendo para o efeito notificada a respectiva entidade patronal que ficará na situação de fiel depositária;



- b) Se for pessoa que recebe rendas, pensões, subsídios comissões, percentagens, gratificações, participações ou rendimentos semelhantes, a dedução será feita nessas prestações quando tiverem que ser pagas ou creditadas, fazendo-se as requisições ou notificações necessárias e ficando os notificados na situação de fiéis depositários;
- c) Todas as anteriores;
- d) Nenhuma das anteriores.

Boa Sorte